



MDF Nº 32/2018 – 2ª Pub. – LICITAÇÃO PELO MODO DE DISPUTA FECHADO
PROCESSO Nº 15.461.449-4

OBJETO: Produção do Empreendimento Habitacional RESIDENCIAL JARDIM ALEGRE IV – 9ª ETAPA, 4ª FASE, Município de **JARDIM ALEGRE-PR**, compreendendo a elaboração e desenvolvimento de projetos Básico e Executivo, a execução da habitação e infraestrutura, utilizando sistemas e/ou subsistemas construtivos objetos de norma brasileira ou inovadores que possuam validação, que resultem em **71 unidades habitacionais**.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço.

PREÇO MÁXIMO: Sigiloso, conforme art. 34 da Lei nº 13.303/16.

DA REUNIÃO:

Data: 10 de março de 2020 = 09:00

Local: Av. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, nº 800 – Departamento de Licitação - Cristo Rei, Curitiba-PR.

OBJETIVO: Análise do recurso apresentado em 17/02/2020 pela EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA contra a decisão de sua inabilitação.

Regularmente comunicadas as participantes do certame, nenhuma apresentou contrarrazões.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO: Ato nº 438/PRES, de 21/09/2018 e Ato nº 190/PRES, de 28/02/2019.

PRESIDENTE: Harisson Guilherme França, designado pelo Ato nº 556/PRES, de 21 de novembro de 2019;

MEMBROS: Elizabete Maria Bassetto, Nara Thie Yanagui, Rodrigo Malagurti Di Lascio, Adão Luiz Hofstaetter, Agenor de Paula Filho, Fabiola Lorena Brustolin, Thania Elvis de Oliveira Bana, Theodózio Stachera Junior e Vickiane do Nascimento de Andrade.

1. DO RECURSO DA EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA.

1.1. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

Insurge-se a Recorrente, contra a decisão da Comissão que a inabilitou no certame alegando, em brevíssima síntese em suas razões recursais (fl. 03):

- a) Que a empresa já finalizou todas as obras em andamento;
- b) Que possui uma obra ainda não entregue, porém já finalizada, aguardando os trâmites junto ao Município quanto à infraestrutura, razão pela qual não foi relacionada;
- c) Possui duas obras em andamento para contratação, Ourizona – 25 unidades habitacionais e Ibaiti – 125 unidades habitacionais, porém não foram relacionadas em razão de não saber se as contratações ocorrerão, visto o lapso temporal de 4 (quatro) anos transcorrido desde as licitações;
- d) Que no documento de Qualificação Econômico-financeira apresentado há comprovação da disponibilidade líquida de mais de 6 (seis) vezes o valor solicitado para execução da obra;

Por fim, a Recorrente requereu o conhecimento do recurso e seu provimento para reconsiderar a decisão da Comissão.

2. DA DECISÃO DA COMISSÃO

Registra-se que a decisão da Comissão Especial de Licitação levou em consideração a análise realizada pelo DECT – Departamento de Contabilidade da COHAPAR, consoante o teor da Nota Técnica nº 006/2020 (fls. 07/08), abaixo transcrita integralmente:

“NOTA TÉCNICA Nº 006/2020

Ao Departamento de Licitação - DELI

Ref.: Modo de Disputa Fechado – MDF nº 32/2018 - Recurso - Qualificação econômico-financeira

APRESENTAÇÃO

Encaminha esse Departamento de Licitação – DELI, em 03/03/2020, processo protocolado sob nº 16.411.524-7, para conhecimento e manifestação deste DECT, relativos ao recurso à inabilitação no MDF nº 32/2018, apresentado pela empresa EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA, que tem por objeto:

Produção do Empreendimento Habitacional RESIDENCIAL JARDIM ALEGRE IV – 9ª ETAPA, 4ª FASE, Município de JARDIM ALEGRE-PR, compreendendo a elaboração e desenvolvimento de projetos Básico e Executivo, a execução da habitação e infraestrutura, utilizando sistemas e/ou subsistemas construtivos objetos de norma brasileira ou inovadores que possuam validação, que resultem em 71 unidades habitacionais.

DO RECURSO

O recurso à inabilitação apresentado pela empresa EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA, no que se refere à qualificação econômico-financeira, argumenta:

“No momento já finalizamos todas as obras que tínhamos em andamento. Temos uma obra ainda não entregue, porém já finalizada, aguardando apenas a Prefeitura Municipal terminar a infraestrutura não incidente para procedermos a entrega, por tal fato, essa obra não foi relacionada no documento em tese.

Temos duas obras em andamento para contratação, Ourizona – 25 U.H. e Ibaí – 125 U.H., porém, não as relacionamos por não sabermos se realmente teremos concretizadas tais contratações, tendo em vista que ambas tiveram as licitações realizadas em 29/02/2016, porém descontamos seus valores para o cálculo do DFL (disponibilidade financeira líquida). Ora, passados praticamente 4 (quatro) anos das licitações realmente não podemos as contar como certas.

Ainda, no documento de Qualificação Econômica Financeira apresentado, têm-se a comprovação que nossa disponibilidade financeira líquida é mais de 6 (seis) vezes o valor solicitado por esse órgão para execução da obra em tese, mesmo descontando os valores das obras acima citadas. Sendo assim, contestamos a inabilitação da empresa Exact Empreendimentos e Consultoria Ltda, uma vez que em nada prejudica nossa habilitação tendo em vista a ampla situação econômica da empresa para execução da referida obra.”

DA ANÁLISE DO RECURSO

Conforme constatado na Nota Técnica nº 002/2020, emitida por este DECT, em 31/01/2020, a recorrente não apresentou a “Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos”, impossibilitando assim a validação do valor da Disponibilidade Financeira Líquida – DFL declarado.

ATA Nº 031/DELI/2020

Alega a recorrente em seu Recurso, resumidamente, que a falta da documentação exigida no Edital, conforme Anexo II, Item 03, Alínea "d" em nada prejudica sua habilitação, tendo em vista a ampla situação econômica da empresa, para a execução da referida obra.

Pois bem.

A qualificação econômico-financeira nos processos licitatórios destina-se à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente para assegurar a execução integral do contrato.

Assim, o objetivo é prevenir a Administração Pública para que empresas sem respaldo financeiro possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

Do que se depreende que tal comprovação é fundamental para a garantia do cumprimento do objeto contratado, assim como do interesse público.

Neste contexto, é requisito para a habilitação econômico-financeira, com previsão expressa no Edital, a apresentação do documento "Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos", para a comprovação da Disponibilidade Financeira Líquida – DFL declarada.

Logo, a ausência do documento é motivo de inabilitação, nos termos do item 08, subitem 8.4, do Edital:

- 8.4 Será considerada inabilitada, ressalvando-se hipóteses de saneamento, a Licitante que:
(..)
c) apresentar de forma incompleta a documentação exigida neste Edital. (grifamos)

Além disso, a falta do documento impossibilita esta Companhia de validar o cálculo da Disponibilidade Financeira Líquida declarada pela empresa, já que o VA¹ da fórmula de cálculo da DFL, necessita da Relação Contratual para sua comprovação, nos termos do Anexo II, item 03, alínea "e"

OBS: Para atendimento dessa exigência, caberá à empresa apresentar dentro do envelope de habilitação (envelope 02) relação dos contratos das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos contratuais. (grifamos)

Dessa forma, reiteramos que, ao não apresentar a "Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos", impossibilitando a validação da Disponibilidade Financeira Líquida – DFL declarada, a empresa EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA não atendeu todos os requisitos para a qualificação econômico-financeira, mantendo assim, a decisão de INABILITAÇÃO da empresa pelo não atendimento aos termos do Edital.

Curitiba, 04 de março de 2020.

Carolina Minas
Gerente do Departamento de Contabilidade"

¹ VA= Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da administração pública, podendo a qualquer momento a Comissão solicitar comprovação através de Balancete Analítico devidamente legalizado.

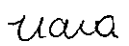
ATA Nº 031/DELI/2020


Diante do exposto, decide a Comissão Especial de Licitação, pela unanimidade de seus membros, com fundamento na Nota Técnica nº 006/2020/DECT julgar improcedente o recurso apresentado pela EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA, com o posterior encaminhamento do processo à apreciação e decisão do Sr. Diretor-Presidente desta Companhia, conforme prevê o art. 100 do RILC.

3. DO ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que segue assinada pela Comissão Especial de Licitação.


Harisson Guilherme Françaia
Presidente (ausente)


Nara Thie Yanagui
Membro

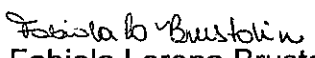

Thania Elvis de Oliveira Bana
Membro


Adão Luiz Hofstaetter
Membro



Theodózio Stachera Junior
Membro


Elizabete Maria Bassetto
Presidente, em substituição


Rodrigo Malagurti Di Lascio
Membro


Fabiola Lorena Brustolin
Membro


Agenor de Paula Filho
Membro


Vickiane do Nascimento de Andrade
Membro